



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

## SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**SESSÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2014.**

**Nº ÚNICO: 0000800-87.2014.8.10.0000**

**HABEAS CORPUS Nº 004278/2014 – IMPERATRIZ (MA)**

**PACIENTE : Anderson da Silva Paiva**  
**DEFENSOR PÚBLICO : Bernardo Laurindo Santos Filho**  
**IMPETRADO : Juízo de Direito da Segunda Vara Criminal da comarca de Imperatriz/MA**  
**INCIDÊNCIA PENAL : Art. 121, § 2º, II e IV, do CPB**  
**RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida**  
**ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_\_**

**EMENTA. HABEAS CORPUS. ART. 121, § 2º, II E IV, DO CP. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO QUE INDEFERE PEDIDO DE REVOGAÇÃO. ALEGATIVA DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. REQUISITOS PRESENTES. MOTIVAÇÃO *PER RELATIONEM*. TÉCNICA PLENAMENTE ADMITIDA NA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.**

1. Se a decisão que mantém a prisão preventiva do paciente está consubstanciada em elementos concretos, consideradas as circunstâncias do caso, não há que se falar em fundamentação inidônea.

2. É assente na doutrina e jurisprudência o entendimento de que não há que se falar em ausência de fundamentação ou ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, se o juiz, reporta-se à decisão anteriormente prolatada, na denominada motivação *per relationem*.

3. Os predicativos favoráveis imputados ao paciente, por si sós, não têm o condão de elidir o ergástulo preventivo, se

José Luiz Oliveira de Almeida  
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

presentes os pressupostos que autorizam a adoção da medida extrema.

4. Ordem denegada.

**ACÓRDÃO** - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Luiz Oliveira de Almeida (Presidente), José Bernardo Silva Rodrigues e Vicente de Paula Gomes de Castro. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Lígia Maria da Silva Cavalcanti.

São Luís, 27 de fevereiro de 2014.

**DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida**  
**PRESIDENTE/RELATOR**

José Luiz Oliveira de Almeida  
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

**HABEAS CORPUS Nº 004278/2014 – IMPERATRIZ (MA)**

**RELATÓRIO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida**

**(relator):** Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto pela Defensoria Pública do Estado em favor de Anderson da Silva Paiva, contra ato proveniente do Juízo de Direito da comarca de Imperatriz/MA.

Alega o impetrante que o paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 09/10/2013, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, do Código Penal.

Sustenta que inexistem, no presente caso, os requisitos autorizadores da custódia cautelar, razão pela qual formulou pedido de revogação da prisão junto ao juízo de primeiro grau, o qual, entretanto, foi indeferido.

Assevera que a autoridade impetrada considerou a gravidade abstrata do crime para negar ao paciente o direito de liberdade, fundamentação que considera inidônea.

Ressalta que o paciente é primário, tem residência fixa, além de ocupação lícita.

Destaca, ainda, que não há nos autos qualquer fato concreto que indique que o paciente possa perturbar o desenvolvimento da instrução criminal ou a garantia da aplicação da lei penal.

Requer, por fim, a concessão liminar da ordem de *habeas corpus*, com a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, ou a aplicação de medidas cautelares diversas, nos termos do art. 319, do CPP.

Instruiu o *writ* com os documentos de fls. 24/91.

José Luiz Oliveira de Almeida  
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluz@tjma.jus.br

O pleito de liminar foi indeferido, nos termos da decisão de fls. 96/98, ocasião em que solicitei as informações por parte da autoridade apontada como coatora, as quais se encontram acostadas às fls. 101.

Instada a se manifestar, a Procuradoria Geral de Justiça, em parecer da lavra da Procuradora Regina Maria da Costa Leite, opinou pela denegação da ordem impetrada, por entender ausente a alegada coação ilegal ao direito de liberdade do paciente (fls. 104/109).

É o que cumpria relatar.

José Luiz Oliveira de Almeida  
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

**Voto - O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (relator):**

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do presente *writ*.

Conforme relatado, busca o paciente, por meio da presente ação constitucional, fazer cessar constrangimento ilegal que lhe estaria sendo imposto pelo juízo de direito da comarca de Imperatriz/MA, que indeferiu seu pedido de revogação da prisão preventiva, em decisão que considera carente de fundamentação.

Após detida análise dos documentos que instruem a inicial, concluo que os argumentos trazidos pelo impetrante não autorizam a concessão da ordem pleiteada, posto que a autoridade judicial demonstrou a real necessidade da medida cautelar decretada.

No relatório processual acostado pela PGJ encontra-se o inteiro teor da decisão que converteu a prisão em flagrante do paciente em preventiva (fls. 117/118), na qual o juízo de primeiro grau ressalta a presença dos requisitos autorizadores da medida, diante das circunstâncias do caso concreto, *verbis*:

Entendo presentes as razões a justificar o decreto preventivo, em especial pela gravidade referente à natureza do delito em comento. Os indícios de autoria (*fumus commissi delicti*) são bastante significativos, **existindo fundadas razões para a decretação da prisão preventiva do autuado, em especial pelos depoimentos testemunhais colhidos em sede policial, ricos em detalhes e elementos minuciosos acerca da prática delitiva.** Por sua vez, o *periculum in mora* resta configurado, mormente pela **extrema gravidade do fato narrado e investigado pela autoridade policial.** E mais, o autor delitivo solto afigura-se ainda, um perigo para a sociedade, vez que poderá cometer outros delitos, em especial da mesma natureza. A Lei Processual Penal defere ao Juiz competência para decretar a prisão preventiva, quando presentes os pressupostos legais para tanto, a qual tem como objetivo assegurar a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal. Exige, também, contudo, a existência do crime e indício suficiente de autoria. Reza o Art. 313, I e II, do CPP da nova Lei nº 12.403/2011, que "Nos termos do art. 312, deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade

José Luiz Oliveira de Almeida  
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

máxima superior a 4 (quatro) anos; [...]." O delito verdadeiramente ocorreu e todos os indícios apontam para a autoria a cargo do autuado. Já tem decidido o Superior Tribunal de Justiça (STJ-045089) que os princípios constitucionais da presunção de inocência ou da não culpabilidade não são incompatíveis com as custódias cautelares, não obstante a decretação de prisão antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, desde que presentes quaisquer das hipóteses previstas em lei, que é a situação dos autos. Não há constrangimento ilegal na decretação da prisão preventiva quando suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública, justificada a manutenção da custódia provisória no fato de os agentes revelarem propensão à prática de delitos, não havendo segurança de que, solto, não voltará a delinquir. **O crime em tela é de extrema gravidade e repugnante. Assim, estou convencida de que a medida é extremamente necessária.** Neste caso, entendo que estão presentes os requisitos legais, quais sejam: a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal. Quanto à substituição da prisão por alguma das medidas cautelares descritas no Art. 319, do CPP, vejo incabível, por tudo que foi destacado. Diante do exposto, nos termos dos Arts. 310, II, 311, 312 e 313, I, do Código de Processo Penal, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE de ANDERSON DA SILVA PAIVA, já qualificado nos autos, em PREVENTIVA, para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.**

(sem destaques no original)

Ao indeferir requerimento de revogação da prisão provisória, postulado pela defesa em audiência, reiterou o magistrado de base que (fls. 89/90):

[...] ainda se encontram presentes as circunstâncias autorizadoras da prisão cautelar, quais sejam: a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, vez que nenhum fato novo foi trazido aos autos a fim de que este juízo possa mudar seu entendimento, quando da decretação da prisão preventiva na oportunidade de homologação do flagrante. Quanto ao pedido de substituição da prisão preventiva por alguma das medidas cautelares diversas, hei por bem indeferir, como dito, pelos fatos e fundamentos já explanados na decisão já existente nos autos. [...]

José Luiz Oliveira de Almeida  
Desembargador



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

Convém destacar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que a gravidade do delito, demonstrada pelo seu *modus operandi*, constitui-se em fundamentação idônea a justificar a manutenção da custódia cautelar, posto que retrata, em concreto, a periculosidade do agente, indicando a necessidade de sua segregação para a garantia da ordem pública<sup>1</sup>.

Na espécie, segundo informações constantes nos autos, o paciente evadiu-se do local do crime, após desferir dois golpes de faca na vítima, razão pela qual foi denunciado por incidência comportamental no art. 121, § 2º, IV, c/c, do Código Penal (fls. 24/26).

Relata a denúncia que a motivação do crime decorreu, unicamente, da recusa da vítima em se retirar do local onde estava o acusado e que **“o ataque com a arma foi repentino, de inopino, sendo imperioso reconhecer que o autor agiu de surpresa, consistindo num ataque inesperado, imprevisto”** (fls. 26).

No laudo de exame cadavérico de fls. 60/62, constata-se, ainda, a profundidade das lesões sofridas pela vítima, **“tendo sido detectado ferimentos no estômago, intestino delgado e cólon, além de lesão de artéria hepática, o que causou grande sangramento”**, concluindo os peritos que a sua morte decorreu de **“choque hipovolêmico por lesões na região abdominal”**.

No que se refere à decisão que negou o pedido de revogação da custódia cautelar do paciente, o magistrado de base entendeu que a defesa não demonstrou qualquer fato novo capaz de modificar seu entendimento, já proferido quando da conversão da prisão em flagrante em preventiva.

Verifica-se que o juiz *a quo* utilizou como razões de decidir a fundamentação exarada em decisão anterior, evitando, assim, possível tautologia, consubstanciando, desse modo, a denominada motivação por remissão, também

---

<sup>1</sup> STJ, RHC 35.589/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 09/05/2013.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

chamada de *per relationem*, técnica esta plenamente admitida pela doutrina e jurisprudência, senão vejamos.

Noberto Avena, em sua obra “Processo Penal Esquematizado”, nos ensina que:

[...] Não há óbice a que se utilize de fundamentação *per relationem*, isto é, aquela que se caracteriza pela remissão que o ato judicial expressamente faz a outras manifestações ou peças processuais existentes nos autos, mesmo as produzidas pelas partes, pelo Ministério Público ou por autoridades públicas, cujo teor indique os fundamentos de fato e/ou de direito que justifique a decisão emanada do Poder Judiciário. Idêntica faculdade assiste aos órgãos colegiados dos Tribunais, por ocasião do julgamento de recursos.[...]².

Nesse sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

[...] 3. É assente nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal o entendimento de que não há que se cogitar em nulidade da sentença por ausência de fundamentação ou ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, se o juiz, ao fundamentar sua decisão, reporta-se à sentença anteriormente prolatada, ou mesmo ao parecer do Ministério Público, na denominada fundamentação “*per relationem*”. [...]³.

E, no Supremo Tribunal Federal:

*Habeas Corpus*. Prisão Preventiva. Motivação *per relationem*. Técnica plenamente admitida por esta Corte. Condições pessoais favoráveis. Insuficiência. Requisitos cautelares concretamente demonstrados. Ausência de constrangimento ilegal. *Habeas corpus* denegado. A jurisprudência desta Corte admite a utilização, por magistrados, da técnica da motivação *per relationem*, caracterizada pela remissão que o ato judicial expressamente faz a outras manifestações ou peças processuais constantes dos autos e cujos fundamentos justificam e integram o ato decisório proferido. Precedentes.

² Avena, Noberto. Processo Penal Esquematizado, Ed. Método, 3ª Ed., São Paulo, p. 35.

³ STJ – AgRg no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 17.227 - ES. Relatora Ministra. Maria Thereza de Assis Moura, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe. 08/02/2012.





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA  
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

[...]⁴.

Desse modo, não há que se cogitar em ausência de motivação ou ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, se o juiz, ao fundamentar sua decisão reporta-se à outra, anteriormente prolatada, na denominada motivação *per relationem*.

Quanto ao pedido de substituição da prisão por medidas cautelares diversas cumpre ressaltar que, no caso concreto, diante do quadro fático delineado na decisão objurgada no *writ*, a prisão preventiva evidencia-se como o único meio idôneo de acautelamento do tecido social, mostrando-se, ainda, necessária sua manutenção.

Por fim, ressalto que condições pessoais favoráveis, como primariedade, residência fixa e ocupação lícita, alegadas pela defesa, não são suficientes ao afastamento do acautelamento preventivo quando a custódia demonstra-se necessária e for justificada pelo juízo competente para a sua decretação⁵.

Ante o exposto, não restando evidenciado o constrangimento ilegal sustentado na impetração, de modo a autorizar a soltura do paciente, denego a ordem impetrada, na esteira do parecer ministerial.

É como voto.

Sala das Sessões da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de fevereiro de 2014.

**DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida**

**RELATOR**

⁴ STF – HC 101.684/SP. Relator Min. Joaquim Barbosa, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/10/2011, DJe. 27/10/2011.

⁵ STF, HC 106773 AgR, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 08/02/2011.